PERCEPÇÕES DE LICENCIANDOS (RESIDENTES) DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS SOBRE O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Conceição Aparecida Cruz Longo[1]

GDn° 17 – Currículo, Políticas Públicas e Educação Matemática

Resumo: O Programa Residência Pedagógica, PRP, criado em 2018 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), destinado à seleção de Instituições de Ensino Superior interessadas em implementar Projetos Institucionais de Residência Pedagógica (PRP), busca selecionar Instituições de Ensino Superior (IES) para implementar projetos inovadores – conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica –, que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura. O objetivo desta pesquisa é analisar as percepções de licenciandos (residentes) do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) sobre o PRP. Pretende-se compreender a estrutura do PRP e sua estrutura de formação, com os residentes do curso de Licenciatura em Matemática; e analisar as percepções dos licenciandos (residentes) sobre as possíveis contribuições do PRP para a sua formação inicial e sua compreensão sobre a parceria escola-universidade. Para responder tais questionamentos, busca-se apoio na teoria histórico-cultural e em estudos e pesquisas que tratam da formação inicial de professores e da parceria compartilhada entre escolas e universidades. Analisados os documentos oficiais do programa, far-se-á a coleta dos dados, a qual se baseia nos fundamentos teórico-metodológicos de um Grupo Focal. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com discussões acerca da Formação Inicial de Professores, além de compreender as percepções dos futuros professores sobre o PRP desenvolvido na UFSCar.
Palavras-chave: 1. Residência Pedagógica, 2. Formação Inicial 3. Políticas Públicas de Formação de Professores

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A importância das pesquisas sobre formação de professores é reconhecida por autores como Marcelo (1998, p. 26), que assim considera a formação de professores:

> [...] uma área de conhecimentos, investigações e propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos por meio dos quais os professores se implicam, individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagem, pelas quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e que lhes permitem intervir profissionalmente no desenvolvimento do ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem.

Ou seja, a questão da formação tem sido um grande desafio para as políticas públicas educacionais nos últimos anos. A formação de professores aparece de maneira

[1] Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; Programa de Pós-Graduação em Educação; cac.longo2@gmail.com; Maria do Carmo Sousa

marcante nas políticas públicas educacionais que preveem a melhoria da qualidade da educação no Brasil. No ano de 2018, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa de Residência Pedagógica, pela Portaria 38/2018[2], como uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, cujo objetivo principal é induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, para que o licenciando, a partir da segunda metade do seu curso, participe efetivamente de atividades dentro da escola. A finalidade dessa inciativa é apoiar as instituições de Ensino Superior na implementação de projetos inovadores que articulem teoria e prática nos cursos de licenciatura.

Por se tratar de um Programa desenvolvido em regime de colaboração entre a Universidade e a Escola, entendemos que deverá ocorrer o contato do futuro professor com a prática profissional dentro do ambiente escolar, o que contribuirá para a construir sua identidade docente, marcada pela relação proximal entre licenciandos e docentes, discentes, coordenação e administração no contexto escolar.

A relevância desta pesquisa está na possibilidade de levantar questões a respeito de um programa educacional voltado para a qualificação do futuro professor. Além disso, a escolha do Residência Pedagógica como objeto de estudo se deve à abrangência do programa no cenário nacional, pois está entre os "[...] projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica" (EDITAL CAPES n.º 06/2018, p. 1)[3], o que revela que o Residência Pedagógica envolverá muitos professores e futuros professores. Os próprios objetivos do Programa, presentes neste excerto do edital também justificam esta escolha:

> [...] I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias; II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;

[2] Portaria disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/01032018-portaria-n-38-de-28-02-2018-residencia-pedagogica.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.
[3] Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

> III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.
> IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (EDITAL CAPES nº 06/2018, pág. 1)

O Programa pretende abranger ações articuladas entre docentes e licenciandos de cursos de licenciatura, e professores da escola básica. Pensando nessa ação articulada como uma das necessidades específicas das políticas públicas atuais, faz-se necessário debruçar-nos sobre tais questões para desvelar a concretude desse processo de formação e, em específico, o reflexo dessas ações e políticas públicas no âmbito da práxis pedagógica e da materialidade de seus encaminhamentos, para que não haja descontinuidade em futuros Programas de formação de professores.

Outra justificativa para a escolha deste objeto de pesquisa vai ao encontro de um tema bastante discutido no âmbito da Educação Matemática: a formação inicial de professores. Embora muito debatido, vemos a necessidade de ampliá-lo, haja vista haver nas políticas públicas atuais um Programa que visa fortalecer a relação entre universidade e escola e proporcionar ao egresso dos cursos de licenciatura sua inserção na escola. Segundo a Resolução CNE/CES n.º 3, de 18 de fevereiro de 2003[4], os Cursos de Licenciatura em Matemática devem preparar o profissional para uma carreira docente na qual a Matemática seja abordada de forma significativa e a formação pedagógica seja direcionada à sua prática, possibilitando vivenciar as mais diversas situações cotidianas da escola.

Assim, entendemos que o PRP contribuirá para a imersão dos licenciandos em seu futuro espaço de trabalho por um tempo maior que aquele proporcionado pelo estágio obrigatório, o que lhes propiciará compreender melhor como se dá a gestão curricular e de sala de aula, bem como os processos de ensino e de aprendizagem que ali ocorrem. Esse tempo maior permitirá ao licenciando aprofundar reflexões que envolvem as práticas docentes e perceber que tanto a escola de Educação Básica como a universidade se constituem em espaços de formação docente, o que virá a fortalecer o estabelecimento institucional da parceria entre a escola e a universidade.

[4] Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/projetospedagogicos/diretrizes-curriculares-nacional. Acesso em: 10 jul. 2019.

Para alguém que inicia sua trajetória de doutoramento sobre uma temática específica – no caso deste trabalho, produções acadêmicas sobre o recente PRP –, encontrar produções que se detenham em sua análise é como ter "um tesouro nas mãos". Então, fomos buscar as "pistas" para encontrar esses "tesouros". As primeiras "pistas" foram encontradas nas bibliotecas eletrônicas, nos repositórios das universidades e em *sites* de busca.

E foi assim que descobrimos que a questão da Residência na área de educação foi uma discussão que surgiu em 2017, quando o Senador Marco Maciel (DEM/PE) admitiu ter-se inspirado na residência médica como um avanço na formação de médicos para propor o Projeto de Lei do Senado (PLS) 227/07.

O projeto (PLS 227/07)[5], chamado de *Residência Educacional*, se aprovado, teria o seguinte texto: "Aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental será oferecida a residência educacional, etapa ulterior de formação, com o mínimo de oitocentas horas iniciais de duração, e bolsa de estudo, na forma da lei" (PLS 227/07, p. 2).

Tendo por base este fato, a próxima "pista do tesouro" foi encontrada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, ao utilizarmos o descritor de busca "residência educacional" – entre aspas e sem recorte temporal.

Apenas uma dissertação foi encontrada: *Estágio remunerado, formação, profissionalização e precarização do trabalho docente: um estudo a partir do programa "residência educacional"* (BRITO, 2013). O Programa *Residência Educacional* (PRE) foi instituído pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (2012-2013)[6] e visa conceder bolsa-estágio para licenciandos que, a partir do terceiro semestre, queiram cumprir suas horas de estágio curricular supervisionado nas escolas públicas estaduais consideradas de maior vulnerabilidade e que apresentam altos índices de alunos com dificuldades de aprendizagem. O PRE era voltado apenas para as licenciaturas que atendam às disciplinas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

[5] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/11/10/residencia-educacionalpodera-passar-a-ser-exigida-para-a-formacao-de-professores-da-educacao-basica Acesso em: 10 jul. 2019.
[6] Decreto 57.978, de 04/2012, institui o Programa Residência Educacional, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Disponível em: http://governosp.jusbrasil.com.br/legislacao/1031716/decreto-57978-12 Acesso em: 10 jul. 2019.

Apesar de o PRE não ser o foco da nossa pesquisa, causou-nos estranheza que, de 2013 a 2018 – portanto, passados cinco anos –, nenhum outro trabalho tenha sido publicado sobre o PRE. Soubemos, então, que o Programa findou-se em meados de 2014.

Residência Docente foi a próxima "pista" que encontramos. Em 2014, o PLS 06/2014, do Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), propôs o Programa de Residência Docente. O texto[7] determinava que a formação docente para a educação básica incluiria a residência como uma etapa extra à formação inicial, com 1 600 horas, divididas em dois períodos, com duração mínima de 800 horas.

Usando o descritor "residência docente" no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, encontramos seis trabalhos publicados entre os anos de 2016 a 2018. Cinco deles referiam-se ao Programa de Residência Docente instaurado no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. O sexto trabalho usava o termo "residência docente" não como um programa, mas como referência ao Programa de Residência Educacional desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Ao nos depararmos com cinco trabalhos abordando um programa desenvolvido pelo Colégio Pedro II, consideramos esse projeto mais uma "pista" para a nossa investigação.

O Programa de Residência Docente do Colégio Pedro II foi criado em 2011, em parceria com a CAPES, e teve sua primeira versão implementada em 2012. O Programa previa o aperfeiçoamento de professores atuantes na Educação Básica da Rede Pública Municipal ou Estadual do Rio de Janeiro, para atuarem como docentes do Colégio no dia a dia escolar[8].

Ao chegarmos ao edital da CAPES 06/18 como nossa última "pista", deparamo- nos com o termo "Residência Pedagógica". Ele nos levou a uma "pista" anterior: o Programa de Residência Pedagógica desenvolvido desde 2009 pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP), que adota em seu curso de Pedagogia a Residência Pedagógica. Esse programa de estágio diferenciado foi organizado para atender aos estágios obrigatórios da instituição e conta com a parceria da Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos, que recebe os

[7] Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115998. Acesso em: 10 jul. 2019.
[8] Disponível em: http://cp2.g12.br/UAs/dppg/PRD/. Acesso em: 10 jul. 2019.

residentes nas escolas municipais nas quais as atividades são realizadas[9]. Apesar das iniciativas apresentadas em parágrafos anteriores, em 2018, fomos surpreendidos com a seguinte notícia:

> O MEC lançou a Política Nacional de Formação de Professores nesta quarta-feira, 18. Inédita no país, a política, que demanda um investimento de aproximadamente R$ 2 bilhões, abrange desde a criação de uma Base Nacional Docente até a ampliação da qualidade e do acesso à formação inicial e continuada de professores da educação básica. Só no Programa de Residência Pedagógica, o MEC vai ofertar 80 mil vagas a partir do próximo ano[10].

Inédita no País? Além dos Programas apresentados neste projeto, ainda temos algumas inciativas isoladas, como a do município de Jundiaí; a do Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI), no Rio Grande do Sul; a da Rede Municipal de Educação de Niterói, Rio de Janeiro; e a do Colégio Visconde de Porto Seguro, localizado no bairro Morumbi, em São Paulo, SP.

Os caminhos trilhados pelas "pistas" nos levam a questionar se este é realmente um programa inédito no País e nos mostram a necessidade de um aprofundamento nesses programas para compreender, de fato, como esse programa se desenvolve. Além disso, as diferentes nomenclaturas usadas: residência educacional, residência docente e residência pedagógica e as diversas interpretações dos programas nos mostram a fragilidade teórico-metodológica e o pouco aprofundamento nesse conceito que, vinculado ao formato da experiência da formação médica, não adentra nas especificidades da formação docente. Dito isso, justificada a importância deste estudo, apresentaremos aqui os objetivos desta pesquisa.

OBJETIVOS

Este trabalho aborda o tema formação inicial de professores e objetiva analisar as percepções de licenciandos (residentes) do curso de licenciatura em matemática da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) sobre o Programa Residência Pedagógica.

[9] Disponível em: https://www.unifesp.br/noticias-anteriores/item/1872-residencia-pedagogicapioneirismo-da-unifesp-na-formacao-de-professores Acesso em: 10 jul. 2019.
[10] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/55921-mec-lanca-politicanacional-de-formacao-de-professores-com-80-mil-vagas-para-residencia-pedagogica-em-2018 Acesso em: 10 jul. 2019.

Com isso, pretendemos:

• compreender a estrutura do Programa Residência Pedagógica e sua dinâmica de formação, em especial, na Universidade Federal de São Carlos, com os residentes do curso de licenciatura em Matemática;

• analisar as percepções dos licenciandos (residentes) acerca do Programa Residência Pedagógica;

• analisar como os licenciandos (residentes) compreendem a relações entre a vivência na escola e a preparação para a sua futura atuação como professor no contexto de parceria escola-universidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Iniciamos a coleta de dados desta pesquisa pela análise documental, a qual, segundo Fiorentini e Lorenzato (2006, p. 102), é "aquela que se faz preferencialmente sobre documentação escrita". Gil (2009) afirma que o estudo documental também se vale de documentos de arquivos, atas de reuniões, relatórios, boletins, jornais, gravações, filmagens, pareceres, fotografias, entre outros documentos que podem surgir ao longo do desenvolvimento do Programa de Residência Pedagógica da UFSCar. Fez-se, então, necessário fazer uma revisão da literatura, tendo como objetivo levantar informações relevantes sobre a história da Residência na área de educação no Brasil por meio de documentos oficiais e do Portal de Periódicos e Teses e Dissertações da CAPES.

Além disso, a análise documental será realizada por meio dos estudos de documentos selecionados pela pesquisadora, conforme a natureza e o objetivo desta pesquisa. Escolhemos para esta etapa o edital CAPES 06/2018 e o Projeto Institucional registrado na Plataforma Freire pela Universidade Federal de São Carlos. Para compreender a formação inicial dos professores na perspectiva histórico-cultural, optamos por uma breve revisão da literatura, com destaque para a formação inicial de professores de Matemática no período de 2010 a 2018, respectivamente, ano da primeira publicação identificada no Portal de Periódicos e Teses e dissertações da CAPES (2010) e último ano anterior ao início desta pesquisa (2018).

Ademais, a presente investigação mantém o diálogo com os pesquisadores da Educação Matemática, e o tratamento e a coleta dos dados baseiam-se nos fundamentos teórico-metodológicos de um Grupo Focal. Essa é uma técnica que fomenta interações entre um grupo de sujeitos sobre um tema proposto. Segundo Merton (*apud* ROMERO, 2000), os grupos focais possibilitam aos entrevistados expressar o que eles próprios consideram importante sobre um determinado tópico. Para Gatti (2005), ao propiciar a exposição das ideias e as opiniões, o Grupo Focal permite o surgimento de respostas mais completas e possibilita verificar a lógica que conduz as respostas. Para a análise desses dados, são fundamentais as transcrições das discussões ocorridas.

Placco (2005) aponta que os grupos focais foram fundamentados, especialmente, em estudos e pesquisas qualitativas e afirma ser uma técnica ideal para se entenderem atitudes, preferências, necessidades, sentimentos e ideias dos participantes acerca de um determinado assunto. A autora define o Grupo Focal como

> uma técnica de discussão não diretiva em grupo, que reúne pessoas com alguma característica ou experiência comum para discussão de um tema ou área de interesse. Tendo em foco um determinado assunto, a discussão não busca o consenso, mas levantar as diferentes opiniões, atitudes, pensamentos e sentimentos, expressos verbalmente ou não, em um tempo relativamente curto. (PLACCO, 2005, p. 302)

O diálogo, o debate, a reflexão, o falar e o ouvir permitem a aprendizagem dos sujeitos, que, nesta proposta aqui apresentada, serão os alunos do curso de licenciatura em Matemática vinculados ao Programa de Residência Pedagógica da Universidade Federal de São Carlos, com duração de 18 meses e início em 01 de agosto de 2018.

O Grupo Focal se organiza como um processo que permite comunicações nos diálogos, o que possibilita o levantamento de material para posterior análise. O grupo focal será constituído pelos sujeitos envolvidos nesta pesquisa e por um moderador. Segundo Morgan (1997), o moderador deve estimular a atenção do grupo para o foco, a fim de não ocorrerem distorções e perda dos objetivos em relação ao assunto em debate e de evitar posições tendenciosas dos participantes. A interação do grupo é a fundamentação do próprio Grupo Focal, pois, segundo Guareschi (1996 *apud* ROMERO, 2000, p. 60),

> [...] o centro dos grupos focais é utilizar explicitamente a interação grupal para produzir dados e insights, que de outra forma não seriam obtidos. Portanto, pode-se conceituar grupo focal como uma técnica de pesquisa qualitativa,

> realizada através de um grupo de interação focalizada, que permite ampla e profunda discussão entre os componentes sobre o tema em foco.

O grupo formado pelos licenciandos (residentes) em Matemática do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) constitui o material de investigação, além da análise documental dos documentos oficiais do Programa.

Algumas hipóteses para a investigação no grupo focal:

TEMA 1: A aproximação com o PRP-UFSCar e a ambientação do residente na escola.
TEMA 2: A elaboração e o desenvolvimento das atividades planejadas pelo residente.
TEMA 3: As contribuições do PRP-UFSCar para a formação inicial do professor em parceria escola-universidade.

Para entender tais questionamentos, buscamos a teoria histórico-cultural, cujo foco é o desenvolvimento humano, com os estudos e as pesquisas realizadas por L. S. Vygotski (1902 – 1934) e seus colaboradores, como por exemplo, A. N. Leontiev (1903 – 1979), V. Davydov (1930 – 1998) e A. R. Luria (1902 – 1977), acrescidos de estudos e pesquisas que tratam da formação de professores nesta perspectiva: Cedro (2008); Moretti (2007) e Moura (1999, 2000). O tema "formação de professores", nos últimos anos, tem sido o foco de muitas pesquisas no Brasil e no exterior (MANRIQUE; ANDRÉ, 2008). Ao focarmos o nosso olhar na formação inicial, os referenciais teóricos que embasaram esta escrita assim se definiram: Charlot (2000), Imbernón (2001, 2009, 2011), Tardif (2002). Na formação inicial de professores que ensinam matemática, Fiorentini (2003), Fiorentini, Passos e Lima (2016), Moura (2001) e Ponte (2002), entre outros.

Nesse direcionamento, Sousa (2013) defende a parceria compartilhada entre escolas e universidades, por considerar que tanto a escola de Educação Básica quanto a universidade formam um *lócus* privilegiado de produção de conhecimentos e de formação de professores. Fiorentini (2009) afirma que uma alternativa para fortalecer a formação do professor de Matemática é uma aliança colaborativa entre a universidade e a escola básica. O autor considera ainda que o diálogo entre as duas instâncias de ensino teria a função de criar, problematizar, investigar – e refletir sobre elas – novas possibilidades de intervenção na transmissão e na recepção do conhecimento matemático.

Há uma concordância entre Sousa (2013) e Fiorentini (2009), quando defendem a parceria entre a universidade e a escola, pois acreditam que o diálogo entre professores

formadores, licenciandos e docentes da escola pode contribuir para a formação inicial do professor, pela possibilidade de levantar questões inerentes ao desafio de ensinar e aprender matemática no contexto escolar.

Em consonância com essas ideias, agregaremos aos nossos estudos Foerste (2005), que aponta para o desenvolvimento de parcerias como um novo paradigma de formação de professores, considerando que elas podem se constituir em base teórica potencialmente reveladora, por discutir políticas públicas educacionais e por apresentar pesquisas baseadas em experiências concretas, que destacam as contribuições oriundas do desenvolvimento efetivo de projetos vinculados às parcerias que buscam um regime de aproximação e colaboração entre universidades e escola.

O Programa de Residência Pedagógica pode se caracterizar como um lugar de formação, que Foerste (2005) chama de *parceria oficial* entre Universidade e escola. O autor ainda destaca:

> Nesse movimento denominado parceria estão sendo desenvolvidas atividades articuladas na formação inicial e em serviço. A parceria parece caracterizar-se como um movimento interinstitucional de construção de um novo paradigma de formação de professor, em que se observa, e isso, segundo Smedley, precisa ser enfatizado, a existência de complexas interações, envolvendo principalmente alunos (graduandos), docentes da escola básica e professores da universidade. Trata-se de um movimento irreversível e necessário, que está apenas começando e que pode impulsionar uma profissionalidade docente, ainda que se perceba uma clara intervenção do governo no processo. (FOERSTE, 2005, p. 91-92)

Tinti (2016, p. 71) corrobora as ideias de Foerste e afirma que:

> [...] o desenvolvimento de Parcerias tem se apresentado como um caminho possível para o estabelecimento de vínculos mais afetivos entre essas instituições formadoras, além de criar um espaço diferenciado de formação contínua para todos os envolvidos na parceria. (TINTI, 2016, p. 71)

Nesse sentido, o PRP – UFSCar vai ao encontro dos referenciais aqui apresentados, por oferecer uma proposta de integração entre a universidade e a escola, voltada para a valorização do saber docente a partir da imersão do licenciando no ambiente escolar.

FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

De posse dos dados coletados, a etapa seguinte será a triangulação das informações obtidas, tendo em vista atender aos objetivos e à questão norteadora proposta neste projeto de pesquisa: analisar as percepções dos licenciandos (residentes) do curso de licenciatura em matemática da Universidade Federal de São Carlos sobre o Programa Residência Pedagógica.

Tomando a percepção como um dos eixos de análise, é necessário explicitar nosso entendimento acerca do termo "percepção". Encontramos na literatura alguns sentidos atribuídos a ele. Houaiss e Villar (2001, p. 2183) o definem como o "ato ou efeito de perceber". Barbosa (1999, p. 72) trata percepção como o "ato de trazer coisas à consciência [...]".

Em relação às percepções dos licenciandos (residentes) sobre as contribuições do Programa para o seu processo formativo, apoiamo-nos em Melo (1998), Merleau-Ponty (1999) e Polettini (1996), isto é, investigaremos a percepção como resultado da reflexão sobre a ação, o que permite ao sujeito organizar suas ações vividas e estabelecer relações que possibilitem compreender melhor o Programa Residência Pedagógica para o processo formativo do futuro professor.

Dito isso, esperamos que a realização desta pesquisa, com a análise das percepções dos licenciandos (residentes) do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de São Carlos sobre as contribuições do Programa Residência Pedagógica para a formação inicial do professor de matemática, possa contribuir para os estudos na área de Educação Matemática com foco na formação inicial desses professores, em particular para o cenário atual da política pública brasileira.

Após conhecer e compreender a estrutura do Programa e sua dinâmica de formação com os licenciandos do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de São Carlos, temos como expectativa que esta pesquisa possa contribuir com discussões acerca da formação inicial de professores em interface com a Educação Matemática, além de compreender as percepções dos futuros professores sobre o Programa Residência Pedagógica desenvolvido na Universidade Federal de São Carlos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. C. O que pensam os professores sobre educação matemática? **Zetetiké**, Campinas, v. 7, n. 11, p. 67-85, jan./jun. 1999.

BRITO, S. A. da S. **Estágio remunerado, formação, profissionalização e precarização do trabalho docente:** um estudo a partir do programa "residência educacional". Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, *Campus* Sorocaba, Sorocaba, 2013.

CEDRO, W. L. **O motivo e a atividade de aprendizagem do professor de Matemática:** uma perspectiva histórico-cultural. 2008. 253 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008. Orientador: Manoel Oriosvaldo de Moura. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=0BzWBKwxWqsbtcGxfS1lUM280RmM Acesso em: 10 jul. 2019.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber, elementos para uma teoria**. 1. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

FIORENTINI, D. (org.). **Formação de professores de matemática:** explorando novos caminhos com outros olhares. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

FIORENTINI, D. Educação Matemática: diálogos entre a universidade e a escola. *In*: ENCONTRO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 10., 2009, Ijuí/RS. **Anais** [...]. Ijuí: UNIJUI, 2009.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em Educação Matemática**: percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção formação de professores).

FIORENTINI, D.; PASSOS, C. L. B.; LIMA, R. C. R. (org.). **Mapeamento da pesquisa acadêmica brasileira sobre o professor que ensina Matemática:** *período 2001 – 2012.* Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2016. Disponível para download gratuito no endereço: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/pf/subportais/biblioteca/fev-2017/e-book-mapeamentopesquisa-pem.pdf.

FOERSTE, E. **Parceria na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2005.
GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Libro, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional** – formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado:** novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional:** forma-se para a mudança e a incerteza. Trad. Silvana C. Leite. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANRIQUE, A. L.; ANDRÉ, M. E. D. A. Relação com saberes na formação de professores. *In*: NACARATO, A. M.; PAIVA, M. A. V. (org.). **A formação do professor que ensina Matemática**: perspectivas e pesquisas. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 133-147.

MARCELO, C. Pesquisa sobre a formação de professores: o conhecimento sobre aprender a ensinar. **Revista Brasileira de Educação**, n. 9, p. 51-75, 1998.

MELO, G. F. A. de. **Transformações vividas e percebidas por professores de matemática num processo de mudança curricular**. 1998. 159p. Dissertação (Mestrado em Educação: Educação Matemática) — Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas (SP). Orientador: Dario Fiorentini.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORETTI, V. D. **Professores de Matemática em atividade de ensino:** uma perspectiva histórico-cultural para a formação docente. 2007. 208 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007. Orientador: Manoel Oriosvaldo de Moura. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=0BzWBKwxWqsbtMjNkQ2FzN1kwLVk

MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research.** Thousand Oaks, California: Sage Publications, 1997. (Qualitative research methods series, v.16).

MOURA, M. A atividade de ensino como ação formadora. *In*: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. de (org.). **Ensinar a ensinar**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. p. 143-162.

MOURA, M. O. (org.). **O estágio na formação compartilhada do professor:** retratos de uma experiência. São Paulo: FEUSP, 1999.

MOURA, M. O. **O educador matemático na coletividade de formação:** uma experiência com a escola pública. Tese (Livre Docência em Metodologia do Ensino de Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PLACCO, V. M. N. S. Um estudo de representações sociais de professores do Ensino Médio quanto à AIDS, às drogas, à violência e à prevenção: o trabalho com grupos focais. *In*: MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. **Experiência e representação social**: questões teóricas metodológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 295-314.

POLETTINI, A. de F. F. História de vida relacionada ao ensino da matemática no estudo dos processos de mudança e desenvolvimento de professores. **Zetetiké** – CEMPEM, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, n. 1, 1996.

PONTE, J. P. da. A vertente profissional da formação inicial de professores de Matemática. **Educação Matemática em Revista** – SBEM, ano 9, n. 11, p. 3-8, abr. 2002.

ROMERO, S. M. A utilização da metodologia dos grupos focais na pesquisa em Psicologia. *In*: SCARPARO, H. **Psicologia e Pesquisa: Perspectivas Metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

SOUSA, M. C. Parceria escola-universidade: contribuições para a formação de professores de matemática. **Perspectivas da Educação Matemática**, v. 6, p. 07-22, 2013.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TINTI, D. S. **Aprendizagens docentes situadas em uma comunidade de prática constituída a partir do OBEDUC**. 2016. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.